

O EMBATE ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O ESTADO: A HISTÓRIA DE PERNAMBUCO DURANTE O REGIME MILITAR (1964 – 1966)

NIVALDO GERÔNICO DA SILVA FILHO
Sociólogo e Mestrando (MDU-UFPE)
nivaldogeroncio@yahoo.com.br

Resumo: No dia 1 de abril de 1964 a história política, social, econômica, cultural e religiosa, começava a ser definida de forma autoritária e opressora. Nesse sentido, a sociedade presenciou um período que ficou conhecido como “Regime Militar” ou “Ditadura”, que ocorreu entre os anos 1964 a 1985. Assim, esse momento ficou marcado por uma história de lutas e confrontos diretos e indiretos. A ditadura militar pode ser vista de várias formas e aspectos, contudo, uma das formas e representações mais importantes da época foram sem dúvida, os movimentos sociais que passaram a ganhar força e representação social e política. De modo geral, em todo o Brasil, diversos foram os movimentos, como, por exemplo, o movimento estudantil, o movimento das mulheres, o movimento das classes dominantes etc. De modo mais específico, em Pernambuco houve uma representação por parte da Igreja, na pessoa de Dom Helder Câmara que teve um papel atuante e que determinou de forma direta no embate ao regime autoritário. O presente artigo visa refletir e evidenciar o papel da Igreja na pessoa de Dom Helder Câmara, assim destacar sua importância não só no contexto regional, mas também nacional e internacional.

Palavras Chave: Movimentos Sociais, Estado, Ditadura Militar.

1. INTRODUÇÃO

No dia 1 de abril de 1964 o Brasil começava a vivenciar uma história que iria até 1985 chamado período de ditadura, ditatorial ou ainda anos de “chumbo” desse modo, inauguraria assim uma história de lutas de confrontos diretos e indiretos. Estas lutas se davam no intuito de sobrepor o poder que o Estado exercia sobre a população através de um governo opressor, evidenciando os constantes combates urbanos que se davam na forma explícita de repressão. O confronto entre as forças militares e sociedade civil se acirravam cada vez mais.

As formas usadas pelos governos militares, diante da população foram os atos institucionais o (AI'S). Durante todo período de ditadura foram elaborados cerca de 16 AI'S. As representações desses AIS significavam a cassação de direitos políticos entre outros e fez com que a sociedade se isolasse da participação que ela tinha antes de 1964 e só iria voltar a ter esses direitos após 1985.

Os governos militares: Marechal Castelo Branco 1964 - 1967, suas principais atribuições entre outras foram. Anulação das reformas anteriores revogou o decreto da nacionalização das refinarias de petróleo e desapropriação de terras.

General Arthur da Costa e Silva 1967 - 1969 sua principal característica foi à censura prévia a imprensa, neste período a disputa entre sociedade e governo foi se evidenciando e ficando mais explícita agora mesmo na opressão o povo começa a ganhar forças, centenas de pessoas vão as ruas protestar contra o regime, um fato muito difícil foi o estopim dessa luta a morte de um estudante pela policia em 1968.

General Garrastazu Médici – 1969 – 1974, ai sim, a luta entre sociedade e governo já se declara um fato incontestável quando Médici assume a presidência o Brasil passa por um de seus momentos mais instáveis, pois começava no país uma onda de crimes, assaltos a bancos eram as chamadas guerrilhas urbanas. A população parecia ter achado a receita de superação da força que o governo lhe empunharia, pois seqüestrando pessoas ligadas aos militares poderiam trocar por civis.

Em 1974 chega ao poder o General Ernesto Geisel – 1974 - 1979 assumindo um país onde a ditadura agora não tinha mais tanta força como antes, a característica principal desse governo foi o fato de que houve eleições para deputados, senadores e

vereadores. Por fim Figueiredo – de 1979/1985. Com ele o país começa a se restabelecer é decretada a anistia e anulação das condenações. Assim a sociedade começava uma nova história depois de 21 anos de luta pela vida social e política. Dentro ainda de uma conjuntura que precisava ser refeita e repensada, para estabelecer uma nova ordem de recuperação e reestruturação da nação. Finalmente, tem-se a figura do então presidente José Sarney que trouxe consigo o período de redemocratização não mais governante militar, e sim civil e com uma nova perspectiva de fazer o Brasil caminhar sem as “amordaças” da ditadura.

As intervenções militares foram recorrentes na história da república brasileira. Antes de 1964, porém, nenhuma dessas interferências resultou num governo presidido por militares. Em março de 1964, contudo, os militares assumiram o poder por meio de um golpe e governaram o país nos 21 anos seguintes, instalando um regime ditatorial. A ditadura restringiu o exercício da cidadania e reprimiu com violência todos os movimentos de oposição. No que se refere à economia, o governo colocou em prática um projeto desenvolvimentista que produziu resultados bastante contraditórios, tendo em vista que o país ingressou numa fase de industrialização e crescimento econômico acelerados, sem beneficiar, porém, a maioria da população, em particular a classe trabalhadora. (CANCIAN, 2008).

Apesar das tentativas dos governos militares em oprimir a oposição diversos movimentos foram organizados para a atuação da população em relação ao Estado. A maioria deles se apoiavam no debate e nas manifestações públicas, o que não impediu a formação de grupos terroristas de esquerdas.

Na história do Brasil, percebe-se nitidamente que as grandes mudanças políticas, na maioria das vezes não são diretamente frutos de mobilizações populares e nem são realizadas através de eleições. Quando os donos do poder sentem algum descontentamento ou reação das classes populares, adiantam-se e promovem as mudanças a seu modo: Elaboram leis, criam órgãos ou ministérios. Tudo isso com o intuito de excluir as classes subalternas do processo decisório. Dessa maneira, procura-se passar a idéia de que o problema ou a situação já esta sendo dado o encaminhamento cabível, não necessitando, portanto de pressão, ajuda ou interferência das outras classes sociais (MEDEIROS, p.63).

A força da Igreja se fez presente durante todo regime e conseqüentemente foi fundamental na queda do mesmo e Pernambuco teve um papel primordial visto que nesse período era um Estado de significativa expressão, a Igreja por sua vez era um dos maiores seguimentos da sociedade civil.

2. OS DIVERSOS MOVIMENTOS

De modo geral, podem-se destacar alguns movimentos importantes no combate ao regime militar, e que por sua vez tiveram grande parcela de contribuição, assim o movimento estudantil teve um êxito muito significativo. O movimento dos intelectuais, sobretudo o movimento artístico.

Ressalta-se a importância também dos movimentos sindicais entre outros. Segundo Maklouf (1998), “O movimento ditatorial não encobriu todo desejo de um povo, pois havia pessoas com força, uma dessas forças que podem ser destacadas foi o movimento feminino”. Assim, em sua obra: *Mulheres que foram à luta armada*, o autor destaca o importante papel desse seguimento na ditadura.

Já para Souza (2004a, “Os movimentos sociais podem ser compreendidos em dois momentos distintos associados às relações que estabelecem com o Estado no período recente de nossa história”. O primeiro momento é relativo ao período ditatorial em que as relações entre governantes e governados se davam de maneira opressiva e distante de qualquer ordenamento além daquele formalizado pelo aparato jurídico e militar de repressão às demandas populares. Ainda nessa visão:

Foi o momento heróico, centrado na espontaneidade dos movimentos pelo fato de serem uma quebra dentro do sistema político, de surgirem alguma coisa nova que, de certa maneira, iria substituir os instrumentos de participação até então disponíveis como partidos, associações e outros. As associações que emergiram no final dos anos 70 e, principalmente, na década de 80, por exemplo, na cidade de São Paulo, em grande parte foram impulsionados pela atuação da Igreja Católica empolgada pela opção pelos pobres naquilo que ficou conhecido como teologia da libertação (SOUZA, 2004b).

A conquista da cidadania através dos movimentos sociais seria um exercício da plenitude de direitos, de tal modo que a realização pessoal e comunitária dos indivíduos seja considerada um valor acima do Estado.

Dentro dessa perspectiva, pode-se destacar:

Os movimentos sociais são, por sua própria natureza social, organismos da sociedade civil. Entendemos aqui por sociedade civil a esfera das relações - entre pessoas, grupos, movimentos e classes sociais - que se desenvolvem de modo autônomo frente às relações de poder próprias das instituições estatais. A sociedade civil é a base da qual emanam os conflitos, as reivindicações e as denúncias que o sistema político deve responder. Portanto, nela estão incluídas as várias formas de mobilização, associação e organização das forças sociais que tendem à conquista do poder político. A sociedade civil é o espaço das relações do poder de fato, enquanto o Estado é o espaço das relações do poder de direito. Nos últimos trinta anos, a sociedade civil latino-americana fortaleceu-se pela multiplicidade de movimentos sociais criados. Sob as ditaduras militares, a dificuldade de atuação através de movimentos legais - muitos deles suprimidos ou cerceados pela repressão - estimulou o surgimento de movimentos legitimados pela própria força e significado das demandas populares assumidas por eles. Exemplo disso foram às oposições sindicais, as pastorais populares, as associações de moradores, os grupos de defesa dos direitos humanos, mulheres, negros e índios, sem-terra e sem-teto etc. Na defesa de seus direitos e interesses, as classes populares respaldaram também movimentos de perfis mais específicos, como saúde, carestia, apoio jurídico, reforma agrária, ecologia, etc. Toda essa teia emergiu como parcela representativa da sociedade civil, por ser mais organizada e consciente, embora inserida numa conjuntura adversa, tanto do ponto de vista político (hegemonia das classes dominantes), quanto do ponto de vista econômico (relações capitalistas de produção). Tal contradição deu ao caráter reivindicativo de muitos desses movimentos um objetivo estratégico comum: a guerra de posições, pela conquista de espaços políticos inclusive dentro da máquina estatal, visando fortalecer o poder da classe trabalhadora e de todas as vítimas da exclusão social, tendo em vista a construção de uma futura sociedade mais justa. (BETTO, 1981, p.3).

3 MOVIMENTO DA IGREJA E SEU REPRESENTANTE EM PERNAMBUCO

Representado por diversos líderes o movimento da Igreja teve seu apogeu em Pernambuco na pessoa de Dom Hélder Câmara, No dia 12 de março de 1964 foi designado para ser arcebispo de Olinda e Recife, Pernambuco, múnus que exerceu até 2 de abril de 1985. Instituiu um governo colegiado nesta diocese, organizada em setores pastorais. Criou o Movimento Encontro de Irmãos, o Banco da Providência e a Comissão de Justiça e Paz daquela diocese. Fortaleceu as comunidades eclesiais de base.

Estabeleceu uma clara resistência ao regime militar. Tornou-se líder contra o autoritarismo e pelos direitos humanos. Não hesitou em utilizar todos os meios de comunicação para denunciar a injustiça. Pregava no Brasil e no exterior uma fé cristã comprometida com os anseios dos empobrecidos. Foi perseguido pelos militares por sua atuação social e política, sendo acusado de comunismo. Foi chamado de "Arcebispo Vermelho". Foi-lhe negado o acesso aos meios de comunicação social após a decretação do AI-5, sendo proibido inclusive qualquer referência a ele.

Desconhecido da opinião pública nacional, fez frequentes viagens ao exterior, onde divulgou amplamente suas idéias e denúncias de violações de direitos humanos no Brasil. Foi adepto e promotor do movimento de não-violência ativa.

Em 1984, ao completar 75 anos, apresentou sua renúncia. Em 15 de julho de 1985, passou o comando da Arquidiocese a Dom José Cardoso Sobrinho. Continuou a viver em Recife, nos fundos da Igreja das Fronteiras, onde vivia desde 1968. Morreu aos 90 anos em Recife no dia 27 de Agosto de 1999.

Em fevereiro de 2008 foi encaminhado à Congregação para a Causa dos Santos, no Vaticano, o pedido de beatificação de D. Hélder pela Comissão Nacional de Presbíteros (CNP), vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).^[1] O Regional Nordeste 2 da CNBB, a arquidiocese de Olinda e Recife, o Instituto Dom Hélder Câmara (IDHeC) e a Universidade Católica de Pernambuco estão promovendo a comemoração do centenário de Dom Hélder, que foi celebrado em 7 de fevereiro de 2009. O objetivo é manter viva a sua memória e a sua luta pela solidariedade e justiça social.

Seu primeiro título veio em 1969, de doutor honoris causa pela Universidade de Saint Louis, Estados Unidos. Este mesmo título foi-lhe conferido por diversas universidades brasileiras e estrangeiras: Bélgica, Suíça, Alemanha, Países Baixos, Itália, Canadá e Estados Unidos, alcançando um total de 32 títulos. Foi intitulado Cidadão

Honorário de 28 cidades brasileiras e da cidade de São Nicolau na Suíça e Rocamadour, na França.

Recebeu o Prêmio Martin Luther King, nos Estados Unidos e o Prêmio Popular da Paz, na Noruega e diversos outros prêmios internacionais. Foi indicado quatro vezes para o Prêmio Nobel da Paz. Em 1970, o então presidente da República Emílio Garrastazu Médici instruiu pessoalmente o embaixador brasileiro na Noruega para tentar impedir que este prêmio lhe fosse concedido. Foi escolhido o brasileiro do século na categoria religião pela revista IstoÉ¹.

O Estado de Pernambuco seria uma das afrontas ao regime pelo fato de que aqui existiam políticos de esquerda e principalmente a força da Igreja através de seus membros e através de sua ideologia de libertação. O confronto que se desenvolvia na época da ditadura se encaminhava para as questões de estratégias mutuas sendo da seguinte forma: Fé contra o escândalo da opressão que ao mesmo tempo trazia para os mais pobres a fome, a miséria e outros efeitos diversos, por outro lado um governo que via nesta mesma igreja um rival a altura, na medida em que tinha uma doutrina firmada na fé e que através da fé, o povo seria livre.

A encarnação da Igreja nas classes subalternas permitiu que ela se descobrisse a originalidade e o valor da cultura popular e do catolicismo do povo, outrora olhando com suspeição e tolerando a contragosto. Há nestas manifestações enormes densidade evangélica. Foi na religião que o povo hauriu forças para agüentar os séculos de dominação e elaborar espaços de liberdade. As mais significativas construções de nossa nacionalidade são resultados da criatividade popular. A nossa grandeza territorial, a homogeneidade cultural, a tolerância racial e religiosa. Ao congregar-se em igreja, o povo tem direito a permanecer povo com todos os seus valores. A ideologia falsa da homogeneização e do legalismo. O pluralismo é expressão da catolicidade expressa a unidade do desígnio salvador de Deus a quem a igreja serve e a partir donde elabora e entende sua própria unidade eclesial. Assumir a cultura popular implica também assumir criticamente (no popular há sempre alguns elementos antipopulares) as formas de associação que o povo desenvolveu historicamente (por exemplo, o mutirão), sua maneira de relacionar-se com a natureza e com os demais homens, seus caminhos de solução dos conflitos existenciais e sociais. Só assim a igreja na base pode elaborar sua identidade e transfigurar as relações sociais. (BOFF, 1999, pág. 31,32).

¹ Página eletrônica. WIKIPEDIA. A enciclopédia livre.

4. ANTECEDENTES HISTÓRICOS: CARACTERIZAÇÃO

Antes de tudo, é necessário caracterizar a forma de investidura dos governos locais nesse período. Assim, os governadores eram nomeados pelos presidentes em ação, no caso de Pernambuco o governador era Nilo de Souza Coelho que foi o primeiro governador de Pernambuco eleito por via indireta depois do Golpe Militar de 1964.

Diante do momento político, o pai de Nilo Coelho o convenceu a largar a carreira médica e retornar a Petrolina para ingressar na política. Mesmo não se identificando plenamente com a ideologia do partido, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) e começou sua campanha no Sertão, onde pôde contar com o apoio dos chefes políticos das cidades do interior. Foi o candidato mais votado daquela região, tendo sido eleito Deputado Estadual para o mandato de 1947 a 1950 ².

Ainda dentro desse contexto histórico e político, deve-se ressaltar a personalidade de Dom Hélder nas relações com alguns governantes, tendo em vista a relação de simpatia como foi no caso com Nilo Coelho.

Em uma entrevista cedida por Josefa Bezerra em 2004, hoje encarregada da parte da biblioteca da Arquidiocese de Olinda e Recife, que pediu gentilmente para ser chamada de “Menininha” que conheceu e trabalhou ao lado de Dom Hélder, destaca essa relação que o religioso tinha com as influentes autoridades do poder. Assim disse: “o religioso transitava da melhor maneira possível, e isso talvez tenha sido um dos maiores desafios do da pessoa de Dom Hélder, com jeito manso e sereno ele levava de alguma forma as inquietudes e ansiedades das pessoas, sobretudo as mais carentes. Era de tal forma, que muitas vezes por sua simplicidade dispensava regalias. Ainda na visão de “Menininha” havia um grande respeito por Dom Hélder primeiro pela sua religiosidade e depois porque todos sabiam de sua inteligência e influência não só no cenário regional, mas nacional e internacional” ³.

² Página eletrônica: JUNDAJ/PE

³ Entrevista realizada com senhora Josefa Bezerra “Menininha”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez seja necessário refletir sobre as raízes e os fundamentos históricos da ditadura militar, as complexas relações que se estabeleceram entre ela e a sociedade, e, num contraponto, sobre o papel desempenhado pelos diversos movimentos sociais nesse período. E observar como esses movimentos foram fundamentais para a evidencia e posteriormente a queda da ditadura.

Pernambuco foi um Estado representativo na pessoa de Dom Hélder Câmara, por ser este uma personalidade atuante na ação da população através de uma ideologia de Libertação mútua.

Observando-se a década de 1970 no Brasil é impossível deixar de perceber que nela a história política do país experimentou uma grande virada, sendo marcada, simultaneamente, por momentos de muita tensão e por transformações culturais e sociais de grande monta. Nela, não só se tornou explícita a ruptura com o quadro conceitual até então inquestionável e referenciado pelo nacionalismo, como foi possível também ter a exata dimensão da derrota sofrida pelo conjunto de forças que lhe dava sustentação política. Nesses anos, a sociedade brasileira viu o “desenvolvimento econômico” separar-se da democracia, realizar-se sob uma ditadura e desvincular-se de um projeto de autonomia nacional. Assistiu também a uma mudança de valores extremamente acelerada sob o impacto da modernização conservadora]. Como resultado, transformaram-se não apenas o perfil dessa sociedade, mas, principalmente, as interpretações vigentes sobre ela e sobre seu lugar no mundo. No entanto, a elaboração e a aceitação de um novo modo de pensar o país não foram nem tranquilas nem imediatas, sendo, pelo contrário, objeto de muita controvérsia. Essa controvérsia se deu sob condições políticas muito desfavoráveis e nem

sempre pode ser explicitada com a profundidade que seria necessária. De 1969 a 1975, a repressão atinge duramente os ambientes intelectuais com o fechamento de jornais e revistas, aumento da vigilância sobre a universidade, censura sobre espetáculos e peças teatrais, cassações de professores e funcionários públicos, prisões e perseguições a políticos, sindicalistas e estudantes, etc. A política governamental levada a cabo contra esses grupos faz com que o meio intelectual viva, pelo menos até o início de 1976, sob uma situação de restrição quase absoluta. Mesmo assim, desenvolvem-se iniciativas culturais através das quais se procurou questionar, de modo metafórico e indireto, a essência do regime. Obviamente o rigor da censura e a situação absolutamente repressiva que se vivia à época limitaram muito essas experiências. (LAHUERTA, 2001).

Foto 1



Foto: Nivaldo G. da Silva Filho. Data: 06/03/2010

Foto 2



Foto: Nivaldo G. da Silva Filho. Data: 06/03/2010

Foto 3

Foto 4



Fonte: Site TV Cultura



Fonte: Site TV Cultura

As fotos 1 e 2 mostram a Arquidiocese na qual Dom Hélder Câmara foi arcebispo durante muitos anos, já a foto 3 mostra Dom Hélder numa cruzada em 1962 e por fim, a foto 4 onde apresenta o religioso influente numa visita a favela carioca. A Rigor, era fundamental encarar os problemas sociais e engajar-se na luta do povo por melhores condições de vida.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria do Carmo. Nilo Coelho. **Pesquisa Escolar** On-Line, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/>>. Acesso em: 6 de março de 2009.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
CARDOSO, Ruth in DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOFF, L. **Saber Cuidar: ética do humano** - compaixão pela Terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____Entrevista realizada por Nivaldo G. da Silva Filho, a senhora Josefa Bezerra carinhosamente chamada de “Menininha” onde ela relata diversos fatos do influente Dom Hélder Câmara, foi amiga e colega de trabalho durante anos na arquidiocese de Olinda e Recife, onde na atualidade é funcionária. Data: abril de 2004.

LAHUERTA, Milton. A democracia difícil: violência e irresponsabilidade cívica. Artigo, estudos de Sociologia v. 6 n.10.

MAKLOUF, Luis. **Mulheres que foram a luta armada**. Ed. Globo, 1998.

MEDEIROS, Roseana Borges de. **Reforma Agrária no papel**. Ed.livro Rápido. 2002.

RENATO, Cancian. **Breve história do regime militar**. Especial para a página 3 Pedagogia/Comunicação.Disponível em:<<http://www.uoeducacao.com.br/historiadobra> sil. Acesso em: 6 de março de 2009.

SOUZA, Antonio Carlos de. **Movimentos sociais, Assessoria e Pesquisa Acadêmica na educação de Jovens e Adultos**. Artigo, 2004. Disponível em: www.cereja.org.br/pdf/revista.../Revista_AntonioCarlosdeSouza.pdf. Acesso em 4 de março de 2010.

WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. **Dom Hélder Câmara**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/H%C3%A9lder_C%C3%A2mara. Acesso em: 3 de março de 2010.